

RECURSO ESPECIAL Nº 1.517.464 - RS (2015/0040770-2)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : NELSON PILLA FILHO - RS041666
MARCOS VALÉRIO SILVEIRA LESSA - RS042441
JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI E OUTRO(S) - RS060292
RECORRIDO : LUIZ ALBERTO BUENO ORCY
ADVOGADO : THAÍS PASETTO E OUTRO(S) - RS059038

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo BANCO DO BRASIL S.A. fundado no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, visando reformar acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Na razões do nobre apelo, o recorrente discute: a) a legalidade da Taxa de Abertura de Crédito - TAC; b) a capitalização mensal dos juros; c) a limitação da taxa de juros remuneratórios; d) a comissão de permanência; e) a repetição de indébito; e f) a distribuição dos ônus sucumbenciais.

É o relatório. Decido.

Da cobrança de tarifa da Taxa de Abertura de Crédito (TAC):

O Superior Tribunal de Justiça, sob o rito dos recursos especiais repetitivos, firmou entendimento quanto às mencionadas tarifas administrativas (Temas n.º 618 e 619), nos seguintes termos:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. DIVERGÊNCIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS COMPOSTOS. MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001. RECURSOS REPETITIVOS. CPC, ART. 543-C. TARIFAS ADMINISTRATIVAS PARA ABERTURA DE CRÉDITO (TAC), E EMISSÃO DE CARNÊ (TEC). EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL. COBRANÇA. LEGITIMIDADE. PRECEDENTES. MÚTUO ACESSÓRIO PARA PAGAMENTO PARCELADO DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS (IOF). POSSIBILIDADE.

(...)

9. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC:

- 1ª Tese: Nos contratos bancários celebrados até 30.4.2008 (fim da vigência da Resolução CMN 2.303/96) era válida a pactuação das tarifas de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC), ou outra denominação para o mesmo fato gerador, ressalvado o exame de abusividade em cada caso concreto.

- 2ª Tese: Com a vigência da Resolução CMN 3.518/2007, em 30.4.2008, a cobrança por serviços bancários prioritários para pessoas físicas ficou limitada às hipóteses taxativamente previstas em norma padronizadora expedida pela autoridade monetária. Desde então, não mais tem respaldo legal a contratação da Tarifa de Emissão de Carnê (TEC) e da Tarifa de Abertura de Crédito (TAC), ou outra denominação para o mesmo fato gerador. Permanece válida a Tarifa de Cadastro expressamente tipificada em ato normativo padronizador da autoridade monetária, a qual somente pode ser cobrada no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira.

- 3ª Tese: Podem as partes convencionar o pagamento do Imposto sobre Operações Financeiras e de Crédito (IOF) por meio de financiamento acessório ao mútuo principal, sujeitando-o aos mesmos encargos contratuais.

10. Recurso especial parcialmente provido. (REsps n. 1.251.331/RS e 1.255.573/RS, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, DJe de 24/10/2013.)

Na espécie, o Tribunal de origem decidiu em contrariedade a essa orientação ao afastar a cobrança do encargo no contrato de Crédito Direto ao Consumidor em juízo de retratação, a despeito de reconhecer que "houve previsão contratual, conforme se lê da Cláusula Terceira, Parágrafo Único, do Contrato de CDC" (fl. 210) e o contrato foi firmado em março de 2008 (fl. 201).

Com relação ao contrato de abertura de crédito em conta corrente, está em conformidade com o Superior Tribunal de Justiça ao afastar a sua cobrança porque não avençada (fl. 210).

Assim, nesse ponto, o acórdão recorrido merece parcial reforma.

Destaco que é inviável a reforma do acórdão neste particular, pois, para tanto, seria necessário revolver fatos e provas e interpretar cláusula contratual, o que é vedado pelas Súmulas n. 5 e 7/STJ.

Capitalização dos juros:

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento, sob o rito dos recursos especiais repetitivos, do REsp n. 973.827/RS, vinculado ao Tema n. 246/STJ, firmou o entendimento acerca da capitalização mensal dos juros, nos termos do acórdão assim ementado:

CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. AÇÕES REVISIONAL E DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS COMPOSTOS. DECRETO 22.626/1933 MEDIDA

PROVISÓRIA 2.170-36/2001. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MORA. CARACTERIZAÇÃO.

1. A capitalização de juros vedada pelo Decreto 22.626/1933 (Lei de Usura) em intervalo inferior a um ano e permitida pela Medida Provisória 2.170-36/2001, desde que expressamente pactuada, tem por pressuposto a circunstância de os juros devidos e já vencidos serem, periodicamente, incorporados ao valor principal. Os juros não pagos são incorporados ao capital e sobre eles passam a incidir novos juros.

2. Por outro lado, há os conceitos abstratos, de matemática financeira, de "taxa de juros simples" e "taxa de juros compostos", métodos usados na formação da taxa de juros contratada, prévios ao início do cumprimento do contrato. A mera circunstância de estar pactuada taxa efetiva e taxa nominal de juros não implica capitalização de juros, mas apenas processo de formação da taxa de juros pelo método composto, o que não é proibido pelo Decreto 22.626/1933.

3. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC:

- "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada."

- "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada".

(...)

6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido. (Relator Ministro Luis Felipe Salomão, relator para o acórdão Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, DJe de 24/9/2012.)

Na espécie, o Tribunal de origem decidiu de acordo com essa orientação ao proibir a capitalização mensal dos juros no contrato de abertura de crédito em conta corrente em razão da ausência de demonstração da sua pactuação (fls. 203/204).

A reforma do acórdão, nesse particular, é inviável, visto que, para tanto, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos e a interpretação de cláusula contratual, o que é vedado pelas Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

Juros remuneratórios:

A Seção de Direito Privado desta Corte, sob o rito dos recursos especiais repetitivos, consolidou o entendimento acerca dos juros remuneratórios, ao apreciar os Temas n. 24 a 27, conforme acórdão assim ementado:

ORIENTAÇÃO 1 - JUROS REMUNERATÓRIOS

a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF;

b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano,

por si só, não indica abusividade;

c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02;

d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada ? art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto.

[..]. (REsp n. 1.061.530/RS, relatora Ministra Nancy Andrichi, Segunda Seção, DJe de 10/3/2009.)

Na espécie, o Tribunal *a quo*, analisando as peculiaridades do caso concreto, decidiu de acordo com esse entendimento ao limitar os juros remuneratórios à taxa média de mercado no contrato de Crédito Direto ao Consumidor, sob o fundamento de que foram abusivas as taxas contratadas (fl. 201).

Ressalto que, para concluir em sentido contrário ao que decidido no acórdão recorrido, seria necessário revolver o conjunto fático-probatório dos autos e interpretar cláusula contratual, o que é inviável nesta instância especial (Súmulas n. 5 e 7/STJ).

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE. TAXA MÉDIA DE MERCADO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL. DATA DA CONTRATAÇÃO. ANÁLISE DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 e 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. "É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto" (REsp n.1.061.530/RS, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009).

2. No caso concreto, o Tribunal de origem reconheceu a abusividade da taxa de juros remuneratórios contratada. Dissentir de tal conclusão demandaria o reexame da prova dos autos, inviável em recurso especial, em virtude do óbice da Súmula n. 7/STJ.

[...]

5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp n. 436.537/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 11/2/2014.)

Ademais, vejam-se estes julgados: AgRg no AREsp n. 541.423/MG, relatora Ministra Nancy Andrichi, DJe de 28/8/2014; AgRg no AREsp n. 344.213/MS, relator

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 30/9/2014; e AgRg no REsp n. 1.414.974/SC, relator Ministro Raul Araújo, DJe de 16/9/2014.

Comissão de permanência:

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento acerca da comissão de permanência, nos moldes do art. 543-C do CPC, conforme acórdão assim ementado:

"DIREITO COMERCIAL E BANCÁRIO. CONTRATOS BANCÁRIOS SUJEITOS AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. VALIDADE DA CLÁUSULA. VERBAS INTEGRANTES. DECOTE DOS EXCESSOS. PRINCÍPIO DA CONSERVAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS. ARTIGOS 139 E 140 DO CÓDIGO CIVIL ALEMÃO. ARTIGO 170 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO.

1. O princípio da boa-fé objetiva se aplica a todos os partícipes da relação obrigacional, inclusive daquela originada de relação de consumo. No que diz respeito ao devedor, a expectativa é a de que cumpra, no vencimento, a sua prestação.

2. Nos contratos bancários sujeitos ao Código de Defesa do Consumidor, é válida a cláusula que institui comissão de permanência para vigor após o vencimento da dívida.

3. A importância cobrada a título de comissão de permanência não poderá ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato, ou seja: a) juros remuneratórios à taxa média de mercado, não podendo ultrapassar o percentual contratado para o período de normalidade da operação; b) juros moratórios até o limite de 12% ao ano; e c) multa contratual limitada a 2% do valor da prestação, nos termos do art. 52, § 1º, do CDC.

4. Constatada abusividade dos encargos pactuados na cláusula de comissão de permanência, deverá o juiz decotá-los, preservando, tanto quanto possível, a vontade das partes manifestada na celebração do contrato, em homenagem ao princípio da conservação dos negócios jurídicos consagrado nos arts. 139 e 140 do Código Civil alemão e reproduzido no art. 170 do Código Civil brasileiro.

5. A decretação de nulidade de cláusula contratual é medida excepcional, somente adotada se impossível o seu aproveitamento.

6. Recurso especial conhecido e parcialmente provido"

(REsp nº 1.058.114/RS e REsp nº 1.063.343/RS, Rel. p/ acórdão o Min. João Otávio de Noronha, DJe de 16/11/2010).

Ou seja, a comissão de permanência abrange, na verdade, três encargos: os juros remuneratórios, à taxa média de mercado, nunca superior àquela contratada para o empréstimo, os juros moratórios e a multa contratual (AgRg no REsp nº 986.508/RS, Rel. Min. Ari Pargendler, DJe de 5/8/2008).

Na esteira desse entendimento foi editada a Súmula nº 472 deste c. Superior Tribunal de Justiça, a cujo teor: "A cobrança de comissão de permanência - cujo valor não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato - exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios, e da multa contratual".

In casu, o tribunal *a quo*, mantendo a incidência da multa e dos juros de mora, afastou a estipulação da comissão de permanência por considerá-la abusiva em ambos os contratos (fl. 209), portanto, em contrariedade com a orientação pacífica neste c. Superior Tribunal de Justiça.

Repetição do indébito e compensação de valores:

No que concerne à repetição do indébito do indébito e compensação de valores, o Tribunal de origem explicitou nesse sentido, *ipsis litteris*:

Eventuais valores que foram pagos a mais, constatados após a apresentação dos cálculos e liquidação de sentença, podem ser compensados do total do débito. Existindo saldo em favor do demandante, consumidor, a quantia deve ser devolvida, pois é vedado em nosso ordenamento jurídico o enriquecimento indevido (fl. 211).

Assim, nota-se que a decisão recorrida está de acordo com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Súmula n. 83 do STJ).

Confira-se o julgado infra:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283/STF. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PAGAMENTO INDEVIDO. VEDAÇÃO DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor da Súmula n. 283/STF.

2. "A compensação de valores e a repetição de indébito são cabíveis sempre que verificado o pagamento indevido, em repúdio ao enriquecimento ilícito de quem o receber, independentemente da comprovação do erro" (AgInt no REsp 1457460/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 29/09/2017).

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp n. 1.363.627/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 30/10/2017.)

Portanto, não merece reforma, no ponto, o acórdão recorrido.

Por todo o exposto, **dou parcial provimento ao recurso especial para:**

a) declarar a legalidade da cobrança da Taxa de Abertura de Crédito – TAC no contrato de Crédito Direto ao Consumidor;

b) declarar que, após o vencimento da dívida em ambos os contratos, é devida apenas a comissão de permanência, cuja importância está limitada à soma dos juros remuneratórios à taxa média de mercado, não podendo ultrapassar o percentual contratado para o período de normalidade da operação, dos juros moratórios até o limite de 12% ao ano e da multa contratual limitada a 2% do valor da prestação, nos termos do art. 52, § 1º, do CDC, vedada a cobrança da correção monetária (Súmula nº 30 do STJ)

Mantenho a sucumbência recíproca arbitrada no acórdão recorrido (fl. 211) em razão da mínima alteração do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente